



Câmara dos Deputados
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
**Ciclo de debates/ Audiência Pública: Educação Inclusiva: educação especial e
educação em classe comum**

Educação Inclusiva no Brasil – dados, avanços e desafios

Aparecida Andrés

Referência: artigo **Pessoas com Deficiência nos Censos Populacionais e Educação Inclusiva** - publicado na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, novembro de 2014..

Brasília, 14 de outubro de 2015

O artigo contém

➤ I - Dados sobre a população com deficiência no Brasil, constantes dos Censos populacionais do IBGE de 2000 e 2010.



II - Informação sobre os recentes esforços de inclusão educacional deste segmento populacional;



III – Os principais marcos legais de apoio à população com deficiência.



IV - Especificação dos gargalos no atendimento das crianças e jovens com deficiência, com vistas à consecução das metas contidas nos Planos Nacionais de Educação.

I – Dados dos Censos demográficos IBGE 2000 e 2010

Tabela 1 - População residente por tipo de deficiência – Censos populacionais, Brasil, 2000 e 2010.

Tipos de deficiência	População total residente 2000 169.799.170	População total residente 2010 190.732.694
Total de pessoas com deficiência	24,6 milhões** (14,5%)	45,6 milhões** (23,91%)
Visual	16.644.842	35.774.392
Auditiva	5.735.099	9.717.318
Motora*	9.355 .844	13.265.599
Mental/intelectual	2.844.937	2.611.536

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

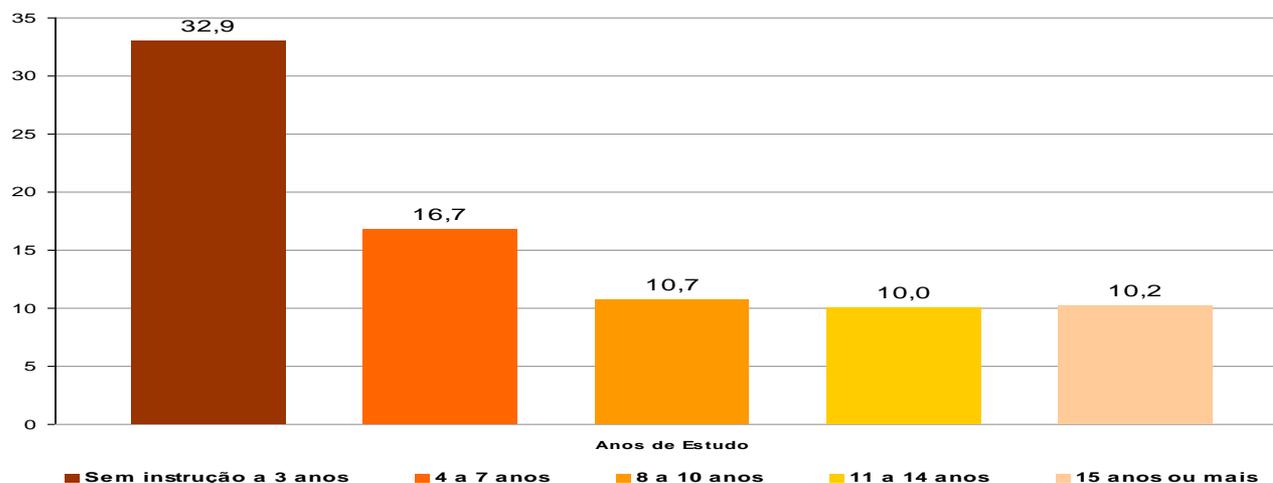
*Foram somados os valores encontrados para deficiência física e motora.

**Obs: Alguns respondentes declararam possuir mais de um tipo de deficiência; somadas as ocorrências, o número total ultrapassará o nº de pessoas com deficiência.

Tabela 2 – População com deficiência – total e por faixa etária. Brasil, 2000.

População total	169.872.856
População com deficiência	24.600.256 (14,5% da pop. total do Brasil)
0 a 4 anos	370.530
5 a 9 anos	707.763
10 a 14 anos	1.083.039
15 a 17 anos	689.272
18 a 24 anos	1.682.760
População de 0 a 17 anos com deficiência	2.850.604 (1,68% da pop. total e 11,6 % da população com deficiência)
População de 0 a 24 anos com deficiência	4.533.364 - 2,7% da população total; 18,4% da população com deficiência.

Gráfico 1 – Proporção da população residente com 15 anos ou mais de idade, com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo grupos de anos de estudo. Brasil, 2000.



No ano 2000:

- 33% ou 1/3 da população sem instrução ou com menos de três anos de escolaridade constituía-se de pessoas com deficiência.
 - Dos quase 3 milhões de crianças e adolescentes com algum tipo de incapacidade ou deficiência, apenas 80 mil estavam na escola.
 - Em **2005**, dentre os mais de 56 milhões de alunos matriculados nas redes pública e privada da educação básica, só 700 mil eram crianças com deficiência (1,25% do total), pouco mais da metade (378.074 ou 0,69% do alunado total) em estabelecimentos especializados (“educação especial”).

O IMPACTO DE TER DEFICIÊNCIA NO BRASIL Quem possui algum tipo de deficiência, tem...

2 vezes mais chance de ...	não frequentar a escola (entre 7 e 14 anos)
2 vezes mais chance de ...	não ser alfabetizado (entre 7 e 14 anos)
4 vezes mais chance de ...	não ser alfabetizado (entre 12 e 17 anos)

Fonte: Tabulação especial sobre equidade de amostra do Censo Demográfico 2000 (IBGE) – Unicef, junho/2003.

- **Em 2010:**

Tabela 4 - Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente, por grupos de idade. Brasil, 2010

Tipo de deficiência/ Faixa etária	Deficiência Visual	Deficiência Auditiva	Deficiência motora	Deficiência mental ou intelectual
0 a 14 anos	5,3%	1,3%	1,0%	0,9%
15 a 64 anos	20,1%	4,2%	5,7%	1,4%
65 anos ou +	49,8%	25,6%	38,3%	2,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

- O grupo de 0 a 14 anos apresentou frequências relativamente baixas de todos os tipos de deficiência - 7,53% - predominando a deficiência visual, com 5,3%.
- 61,1% da população **com deficiência** de 15 anos ou mais não tinham instrução ou tinham só o fundamental incompleto (e entre as pessoas **sem deficiência** da mesma faixa, eram 38,2% nesta situação). Nesta população **com deficiência**, 14,2% tinham o fundamental completo; 17,7%, o médio completo e 6,7%, o superior completo. A proporção “não determinada” foi de 0,4%.

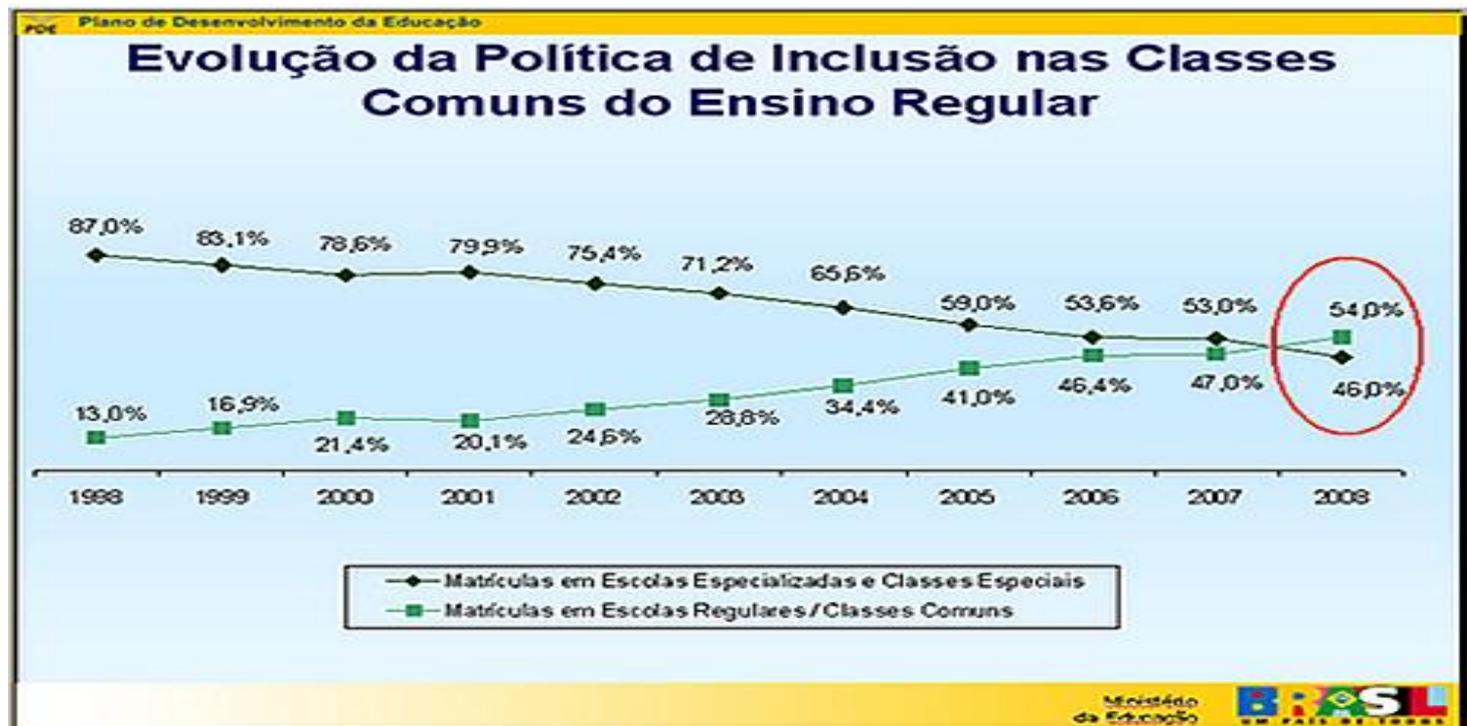
- **Em 2010:**

- A taxa de alfabetização para a população total era de 90,6%; a do segmento de **pessoas com pelo menos uma das deficiências** era 81,7%. Para ambos os grupos, as regiões Norte e Nordeste registraram as menores taxas de alfabetização. Mas as pessoas **com deficiência** apresentaram taxas de alfabetização menores do que as da população total em todas as regiões brasileiras.
- Entre os cidadãos **com deficiência**, 46,4% dos que tinham ocupação com 10 anos ou mais de idade ganhavam até um salário mínimo ou não tinham rendimento algum. No grupo **sem deficiência** o percentual era igual a 37,1%.
- A população ocupada que declarou ter pelo menos uma das deficiências investigadas representava 23,6% (20,3 milhões) do total ocupado (86,3 milhões) no país. E mais da metade (53,8%) dos 44 milhões de pessoas **com deficiência**, em idade ativa (10 anos ou mais), estava desocupada ou não era economicamente ativa (31% da população total).

II - A política inclusiva na educação nacional

- **Constituição Federal** de 1988, art. 208, III: determina o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência **preferencialmente** na rede regular de ensino.

Gráfico 2 – Evolução da política inclusiva nas classes comuns do ensino regular – Brasil, 1998/2008



Fonte: Censos Escolares (MEC/INEP)

Tabela 5 - Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na educação básica – Brasil, 2007 a 2010

Rede	Ano	Matrículas da Educação Especial		
		Total	Modalidade Especial**	Alunos Incluídos*
Privada	2007	244.325	224.112	20.213
	2008	228.612	205.475	23.137
	2009	184.791	163.556	21.235
	2010	169.983	142.887	27.096
Pública	2007	410.281	124.358	285.923
	2008	467.087	114.449	352.638
	2009	454.927	89.131	365.796
	2010	532.620	75.384	457.236

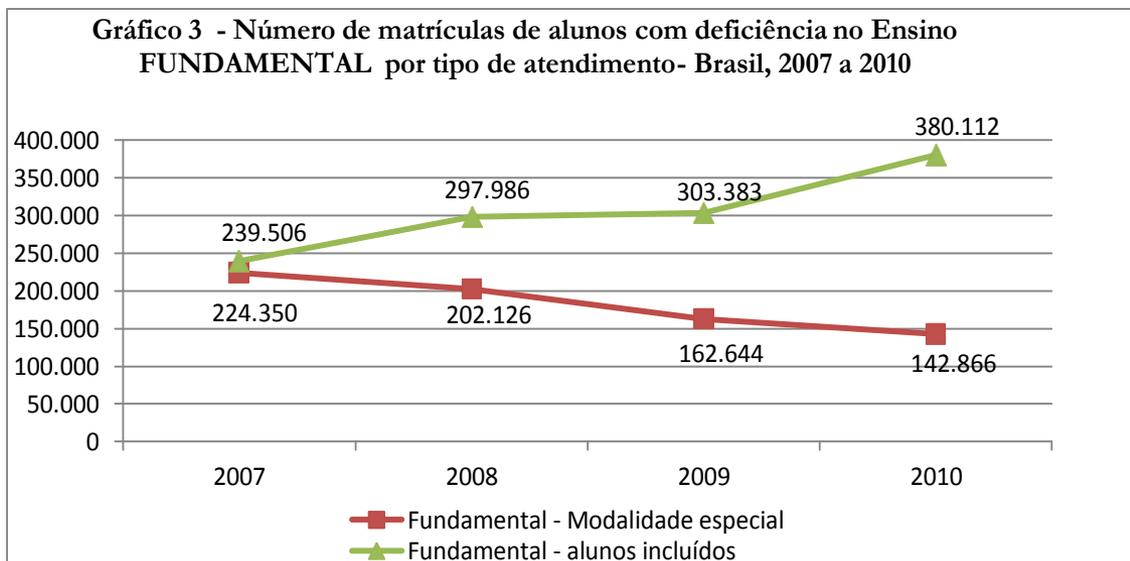
Fonte: Censos escolares INEP/MEC

Nota: * 1) Incluídos - Alunos com deficiência matriculados em Classes Comuns do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos.

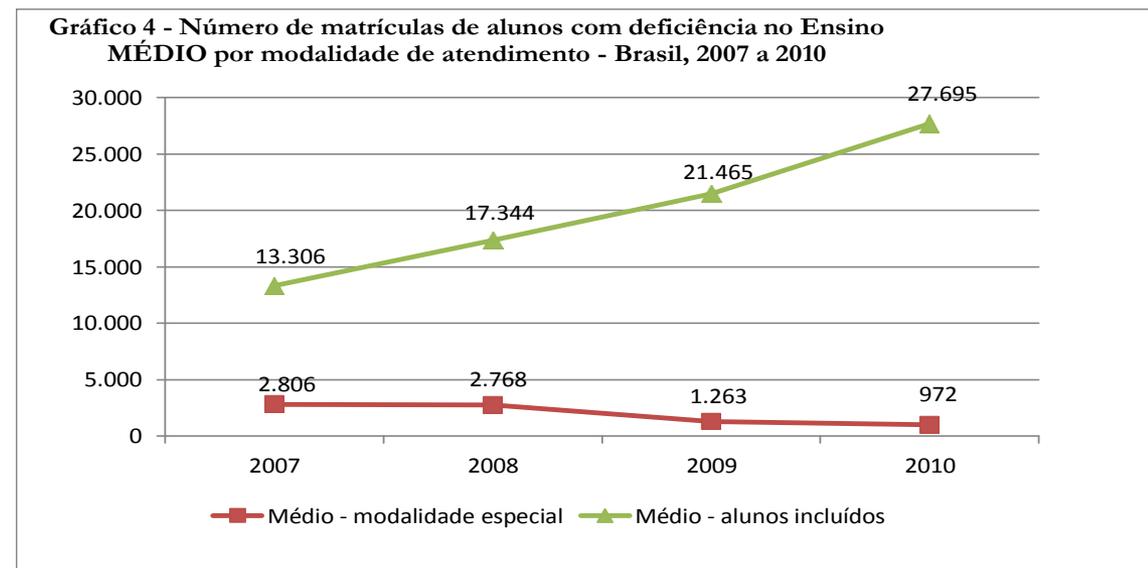
** 2) Modalidade Especial:

2.1. Classe Especial - Alunos com deficiência matriculados em Classes Especiais em escolas da rede de Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos.

2.2. Escolas exclusivas – Alunos com deficiência matriculados em escolas exclusivamente especializadas (“educação especial”).

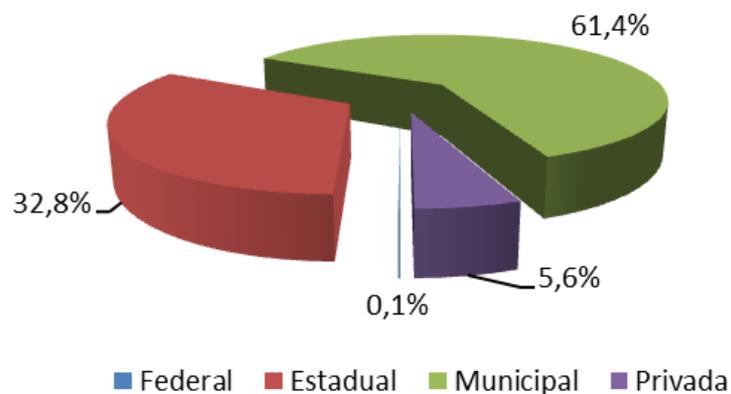


Fonte: MEC/Inep/DEED



Fonte: MEC/Inep/DEED

Gráfico 5 - Matrículas de alunos incluídos por dependência administrativa das escolas - Brasil, 2010



Em síntese: o Censo da Educação Básica MEC/INEP registrava, em 1998, **337.326** matrículas de estudantes com deficiência, dentre as quais só 13% em classes comuns do ensino regular.

Em 2012, este número sobe para **820.433** matrículas, das quais 76% em classes comuns do ensino regular. Em 2013, **843** mil alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estavam matriculados nas escolas da educação básica de todo o país - públicas e privadas -, 77% deles incluídos nas salas comuns da rede regular de ensino.

E em 2014, dos **886.815** alunos com deficiência matriculados na Educação Básica, 79,7% estavam na rede pública, enquanto na rede privada, 15,9% estavam em escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, e 4,3% em escolas particulares, representando 163% de aumento nas matrículas globais desse segmento, de 1998 a 2014.

III - Marcos legais

- **Constituição Federal de 1988**
- **Lei 7.853/1989** (e Decreto 3.298/1999 que a regulamenta) - dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida normas de proteção.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069/1990 - garante atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido do adolescente com deficiência; prioridade de atendimento nas ações e políticas de prevenção e proteção para as famílias com crianças e adolescentes nessa condição.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, a LDB (Lei nº 9394/1996) - Capítulo da Educação Especial : prevê a inclusão dos alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; estabelece que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial” e que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Inclui a formação docente e prevê adoção de currículos, métodos, técnicas e recursos apropriados às necessidades das crianças com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
- **Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001** - institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - obrigatoriedade das matrículas de todos os alunos nos sistemas de ensino, organização escolar para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, prevê possibilidade de substituição do ensino regular pelo atendimento especializado.

Marcos legais

- **Resolução CNE/CP nº 1/2002** - institui as “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”, estabelecendo que a formação docente abranja “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”
- **Lei Nº 10.436/2002** (e o Decreto 5.626/2005, que a regulamenta) - reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão.
- **I Plano Nacional de Educação 2001/2010** (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001); e **II Plano Nacional de Educação 2014/2024** (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)), especialmente o Inciso III, do § 1º do art. 8º, e a Meta 4. com suas 19 estratégias.
- Documento **Política Nacional de Educação Especial da perspectiva da educação inclusiva/1988 + Decreto nº 6571/2008**, que *Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica + Resolução CEB/CNE nº4/2009*, cujo foco é orientar os estabelecimentos da rede de ensino no atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente em “salas de recursos multifuncionais.”
- **Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência** (CDPD) da ONU, ratificada pelo Brasil em 9 de julho de 2008, com força de Norma Constitucional
- **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

IV - Diferenciações e gargalos da política educacional inclusiva

1. Sobre a distribuição do alunado com deficiência nas escolas públicas e privadas da rede de Educação Básica conforme os tipos de classes de inserção:

➔ mudança na forma de inserção - em classes comuns da rede educacional – é mais rápida e significativa nas **escolas da rede pública**, mas vem ocorrendo também nas **escolas privadas**, sobretudo naquelas com fins lucrativos (**'particulares'**) .

Gráfico 5 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino - Educação Básica, conforme os tipos de classes de inserção – Brasil, 2007/2013

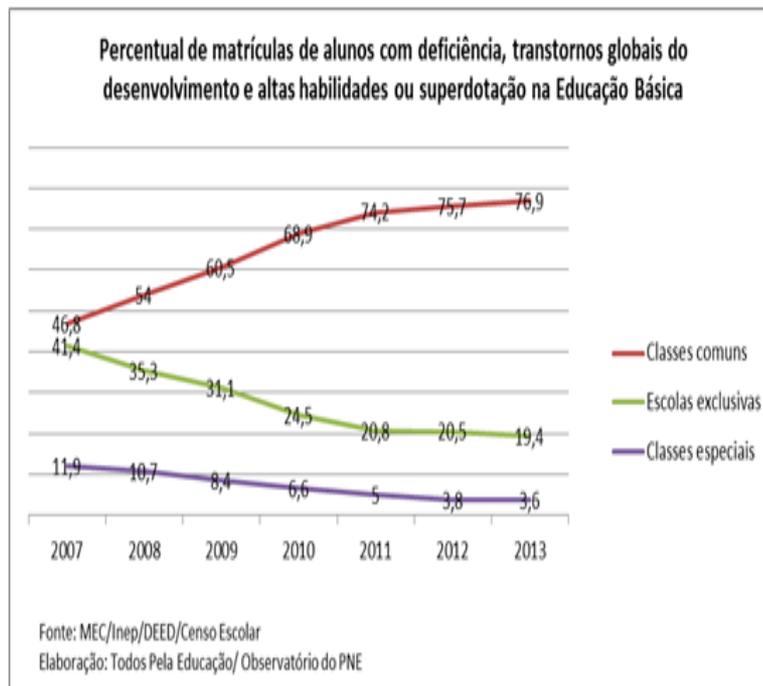
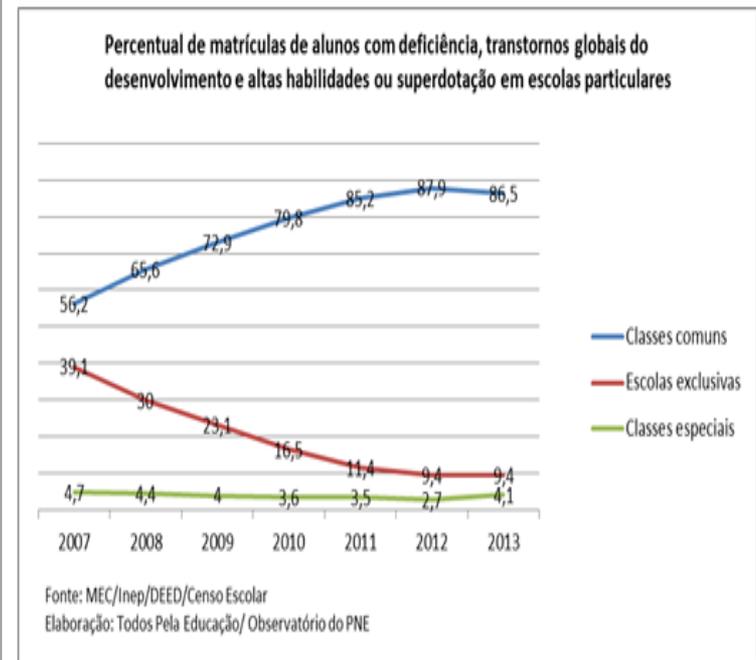


Gráfico 6 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação na Educação Básica, em escolas privadas com fins lucrativos (escolas particulares), conforme os tipos de classe de inserção – Brasil, 2007/2013



- nas **escolas privadas sem fins lucrativos da educação básica** (comunitárias, confessionais ou filantrópicas), que reúnem as escolas das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e assemelhadas, 94% das matrículas concentram-se em escolas especiais ou exclusivas; só 4% das matrículas ocorrem em salas comuns destas instituições. Situação semelhante ocorre nas escolas privadas conveniadas.

Gráfico 7 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação na Educação Básica, em escolas *privadas* sem fins lucrativos (escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas), conforme os tipos de classe de inserção – Brasil, 2007/2013

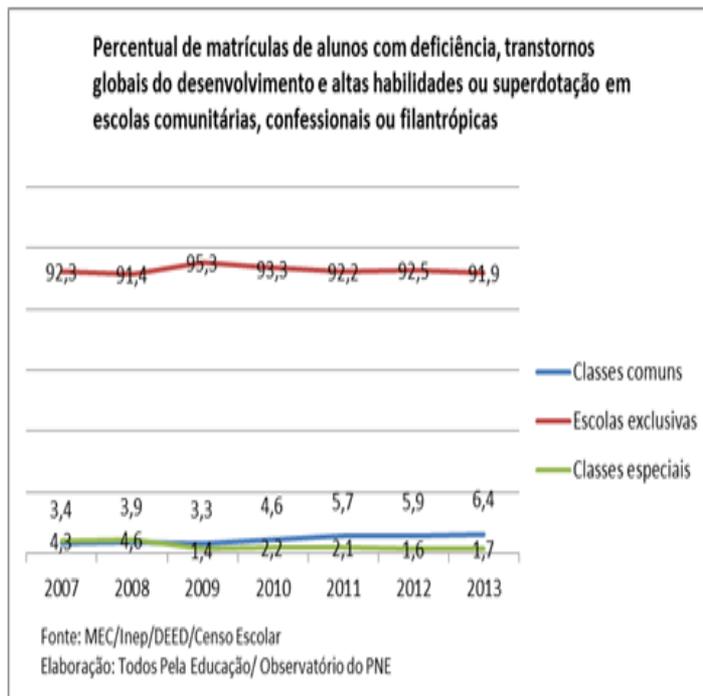


Gráfico 8 – Percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação na Educação Básica, em escolas conveniadas com o poder *público*, conforme os tipos de classe de inserção – Brasil, 2007/2013

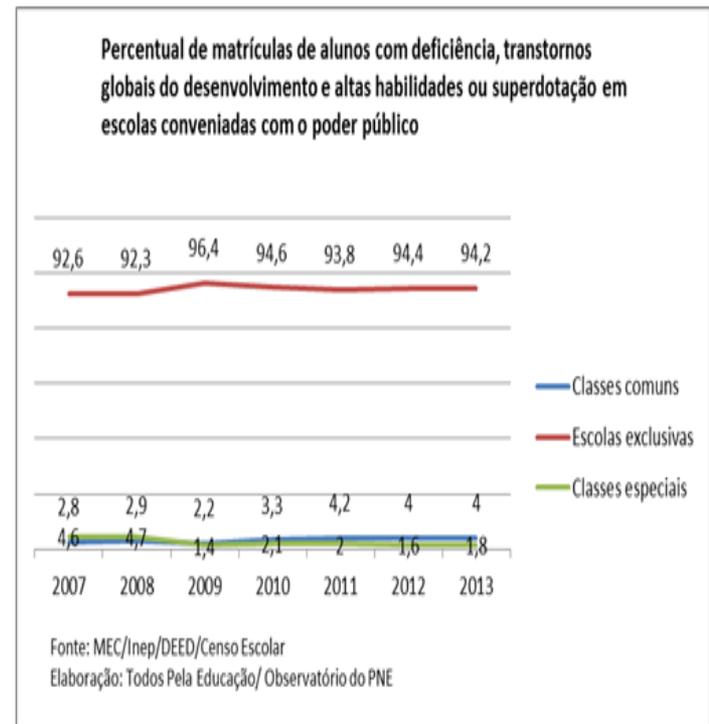
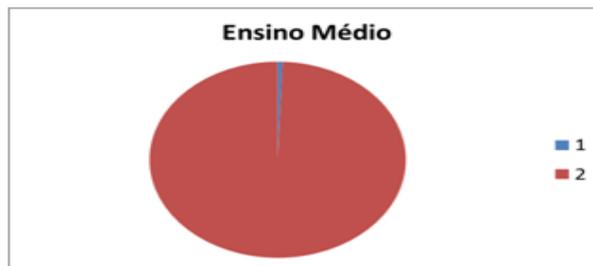
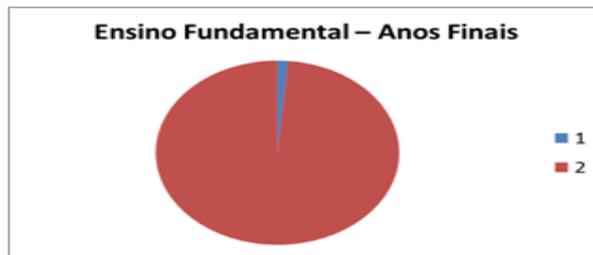
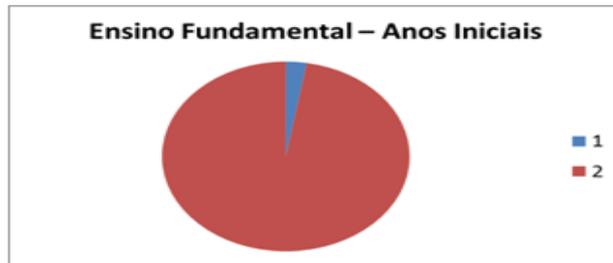


Tabela 6 – Matrículas de alunos com deficiência em escolas da rede pública e privada de educação básica – em classes comuns, em escolas exclusivas (especiais) e em escolas comuns com classes especiais. Brasil, 2007/2013.

REDE	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	(%)	(absoluto)												
PÚBLICA														
Classes comuns	69,7	285.923	75,5	352.638	80,4	365.796	85,8	457.236	89,3	525.812	90,9	583.619	91,8	609.839
Escolas exclusivas	13,9	57.216	10,8	50.448	8,5	38.862	6,2	33.176	5	29.400	4,7	30.200	4,2	28.089
Classes especiais	16,4	67.142	13,7	64.001	11	50.269	7,9	42.208	5,7	33.684	4,4	28.025	4	26.538
REDE	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	(%)	(absoluto)												
PRIVADA														
Classes comuns	8,3	20.213	10,1	23.137	11,5	21.235	15,9	27.096	20	32.611	20,8	37.158	21,8	39.082
Escolas exclusivas	87,4	213.526	85,3	194.995	86,	160395	81,7	138.840	77,7	126.985	77,4	138.288	76	135.879
Classes especiais	4,3	10.586	4,6	10.480	1,7	3161	2,4	4.047	2,3	3.813	1,8	3.143	2,2	3.915

Fonte: MEC/INEP/DEED/Censo Escolar. Elaboração: Todos pela Educação/Observatório do PNE

Gráfico 9 - Proporção de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação em relação ao total de matrículas nas etapas da educação básica. Brasil, 2013



Legenda: 1: alunos com deficiência; 2: alunos sem deficiência.

➔ Desproporção do atendimento dos alunos com deficiência/TGD/AH/SD nas diferentes etapas da Educação Básica:

- nos quatro **anos iniciais** do **ensino fundamental** o atendimento é muito maior proporcionalmente do que na **educação infantil**; vai também decaindo nos quatro **anos finais** da educação fundamental, resultando no quase inexpressivo atendimento dessa população no **ensino médio**, o que repercutirá no acesso ao nível **técnico e superior**.

Tabelas 7 - Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação matriculados na Educação Básica, por atendimento e etapa. Brasil, 2009-2014

Por etapa / Educação Infantil												
	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)	2014 (%)	2014 (absoluto)
Total	100	74.779	100	69.441	100	63.117	100	59.108	100	59.959	100	61.374
Classes comuns	36,10	27.031	49,00	34.044	62,40	39.367	68,40	40.456	71,70	42.982	77,40	47.496
Escolas exclusivas	57,50	42.995	44,10	30.654	34,00	21.476	29,50	17.427	26,40	15.852	21,50	13.170
Classes especiais	6,40	4.753	6,80	4.743	3,60	2.274	2,10	1.225	1,90	1.125	1,20	708

Por etapa / Anos iniciais do Ensino Fundamental												
	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)	2014 (%)	2014 (absoluto)
Total	100	362.593	100	394.062	100	419.749	100	433.336	100	433.300	100	444.420
Classes comuns	56,90	206.325	65,00	256.280	70,00	293.639	72,60	314.477	74,00	320.725	76,20	338.769
Escolas exclusivas	31,20	113.225	26,10	102.713	23,00	96.687	21,60	93.709	20,40	88.214	19,00	84.338
Classes especiais	11,90	43.043	8,90	35.069	7,00	29.423	5,80	25.150	5,60	24.361	4,80	21.313

Por etapa / Anos finais do Ensino Fundamental												
	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)	2014 (%)	2014 (absoluto)
Total	100	103.434	100	128.916	100	149.219	100	176.758	100	190.526	100	208.053
Classes comuns	93,80	97.058	96,10	123.832	96,20	143.493	97,00	171.488	97,00	184.780	97,00	201.859
Escolas exclusivas	4,70	4.839	3,10	3.953	3,00	4.435	2,60	4.526	2,60	4.898	2,50	5.167
Classes especiais	1,50	1.537	0,90	1.131	0,90	1.291	0,40	744	0,40	848	0,50	1.027

Por etapa / Ensino Médio												
	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)	2014 (%)	2014 (absoluto)
Total	100	22.728	100	28.667	100	34.278	100	43.589	100	48.589	100	57.754
Classes comuns	94,40	21.465	96,60	27.695	96,70	33.138	97,50	42.499	97,50	47.356	97,90	56.563
Escolas exclusivas	4,70	1.060	2,70	780	2,00	695	2,00	879	1,90	932	1,60	911
Classes especiais	0,90	203	0,70	192	1,30	445	0,50	211	0,60	301	0,50	280

Tabelas 8- Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação matriculados na Educação Básica, por atendimento e etapa. Brasil, 2009-2014

Por etapa / Educação Profissional												
	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)	2014 (%)	2014 (absoluto)
Total	100	1.837	100	1.779	100	2.158	100	2.396	100	2.357	100	3.251
Classes comuns	39,09	718	61,61	1.096	63,07	1.361	69,24	1.659	85,02	2.004	84,28	2.740
Escolas exclusivas	59,72	1.097	38,39	683	34,57	746	30,76	737	13,07	308	15,66	509
Classes especiais	1,20	22	0,00	0	2,36	51	0,00	0	1,91	45	0,06	2

Por etapa / Educação de Jovens e Adultos												
	2009 (%)	2009 (absoluto)	2010 (%)	2010 (absoluto)	2011 (%)	2011 (absoluto)	2012 (%)	2012 (absoluto)	2013 (%)	2013 (absoluto)	2014 (%)	2014 (absoluto)
Total	100	74.347	100	79.738	100	83.784	100	105.246	100	108.611	100	111.963
Classes comuns	46,32	34.434	51,90	41.385	56,60	47.425	47,70	50.198	47,02	51.074	45,86	51.341
Escolas exclusivas	48,48	36.041	41,68	33.233	38,61	32.346	48,66	51.210	49,50	53.764	50,86	56.948
Classes especiais	5,21	3.872	6,42	5.120	4,79	4.013	3,65	3.838	3,47	3.773	3,28	3.674

Proporção das matrículas de alunos com necessidades especiais em relação ao total de matrículas da Educação Básica ao longo dos anos em cada etapa / modalidade						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Educação Infantil	1,11%	1,03%	0,90%	0,81%	0,79%	0,78%
EF – Anos Iniciais	2,10%	2,35%	2,57%	2,71%	2,75%	2,83%
EF – Anos Finais	0,72%	0,90%	1,07%	1,29%	1,43%	1,63%
Ensino Médio	0,27%	0,34%	0,41%	0,52%	0,58%	0,70%
Educação Profissional	0,21%	0,19%	0,22%	0,23%	0,21%	0,24%
EJA	1,59%	1,86%	2,07%	2,69%	2,88%	3,12%

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar - Elaboração Todos Pela Educação

A Educação Inclusiva em cada etapa e modalidade da Educação Básica

Na Educação Infantil, 77,4% é o percentual de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculadas em classes comuns – índice menor do que a média da EB. O percentual dessa população em escolas exclusivas vem diminuindo – de 57,5%, em 2009, para 21,5%, em 2014 –, bem como o percentual de matrículas em classes especiais – de 6,4%, em 2009, para 1,2%, em 2014.

No Ensino Fundamental (EF) - anos iniciais, o percentual de alunos com deficiência em classes comuns aumentou, passando de 56,9%, em 2009, para 76,2%, em 2014. Nos **anos finais** do EF, o nº dos alunos focalizados é menor que anos nos iniciais mas vem crescendo: foi de 93,8% em 2009 para 97% em classes comuns, em 2014.

No Ensino Médio, o percentual de alunos com deficiência matriculados em classes comuns é o maior dentre as etapas (97,9%, em 2014) e é crescente. O nº absoluto de matrículas desses estudantes é recorde em 2014 nessa etapa (57.754 matrículas). Mas comparando o nº de alunos com deficiência/transtornos/superdotação com o total de estudantes matriculados em cada etapa da Educação Básica regular, vê-se que a proporção deles no Ensino Médio (0,7%) é bem inferior às encontradas nos anos iniciais (2,83% do total de alunos matriculados nesta etapa) e finais do EF (1,63%), indicando que só um pequeno percentual dos alunos nestas condições que entram no Ensino Fundamental chega ao Ensino Médio.

V - Síntese e conclusão

- Os Censos Populacionais do IBGE de 2000 e 2010 contêm dados que corrigiram imprecisões correntes sobre a população com deficiência no Brasil. Com base nesses dados, qualificou-se também o baixo atendimento educacional destas pessoas no sistema educacional brasileiro, em TODOS os níveis de escolarização.
- Ao Poder Público cabe implementar políticas públicas de acesso, inserção e apoio efetivos deste segmento populacional sobretudo na rede de educação básica, cujos índices de inclusão ainda estão muito aquém do desejável e longe dos preconizados pelos Planos Nacionais de Educação.
- Tais políticas governamentais direcionam-se à inclusão dos alunos com deficiência – e também daqueles com altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento - em classes comuns das escolas da rede regular de ensino básico (públicas ou privadas), que, conforme a legislação, devem aparelhar-se para funcionar no contraturno escolar, provendo pessoal especializado, docentes qualificados e salas especiais para uso conforme o tipo e grau de deficiência.
- Essa tendência à inclusão não segregativa não é original nem característica só do Brasil; dissemina-se por praticamente os países avançados do mundo contemporâneo. Essa trajetória no país ampara-se em importante quadro normativo, cujas principais peças foram destacadas.
- O atendimento primário, em determinados casos, ou secundário e complementar, em outros, deve ou pode também ser feito por rede de estabelecimentos privados principalmente filantrópicos, entre os quais ressalta a rede das APAEs, a maior, a mais bem equipada e dotada de grande capilaridade no território nacional.

Síntese e conclusão

- Há financiamento público para apoiar as iniciativas do setor privado não lucrativo a este grupo bem como as ações de preparação, funcionamento e manutenção das salas especiais nas escolas comuns da rede.
- Os recursos eram regular e diretamente repassados à rede filantrópica de atendimento especial a pessoas com deficiência, sob a cobertura da Lei nº 10.845/2004 – lei do PAED (Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência). Seus efeitos foram suspensos pela Resolução nº 33/2008, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), devido à implementação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).
- Instituído em 2006 e regulamentado em 2007, o Fundeb, a partir de 2008 admite a contagem de dupla matrícula dos estudantes da rede pública que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado no contraturno nas salas multifuncionais das escolas regulares, nos centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, como atividade complementar às da sala de aula comum. Mas na prática não há garantia do repasse às entidades, já que a maior parte dos recursos que compõem o Fundeb é dos Estados e Municípios e atende a uma cesta significativa de demandas educacionais.
- Não obstante os progressos evidenciados na mudança de trajetória – qualitativa e quantitativa - do atendimento do alunado com deficiência no sistema educacional regular, as políticas públicas de aprimoramento destas tendências inclusivas deverão centrar-se:
 - na expansão do acesso e do provimento das condições para favorecer a permanência e o aprendizado da faixa etária correspondente à **educação infantil**; e
 - No controle dos fatores relevantes para a remoção dos gargalos associados ao atendimento nos **anos finais** do ensino fundamental e **no ensino médio**, com especial interesse no segmento do ensino técnico profissionalizante, que poderá, subsidiado e favorecido que está pelo governo, constituir-se em importante alternativa formativa para este segmento populacional.
 - Na efetiva garantia de repasse direto de recursos para suporte às atividades especializadas direcionadas para este público especial.

PNE II - Meta 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Obrigada pela atenção!

*Aparecida Andrés
Consultora legislativa da área XV -
Educação, Cultura e Desporto da
Câmara dos Deputados*